

Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção

Lisboa | 22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024

CEJ, Auditório – Preferencialmente presencial

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Magistradas/os judiciais e do Ministério Público em funções nos Tribunais e Secções Criminais e Departamentos de Investigação e Ação Penal

Objetivos: O curso percorrerá os principais institutos e as questões que têm suscitado maiores divergências doutrinárias e/ou jurisprudenciais no domínio da luta contra a corrupção, versando, entre outros, os seguintes aspetos:

- Questões pertinentes ao preenchimento dos elementos essenciais dos diversos tipos penais de corrupção e criminalidade conexa, incluindo o crime de corrupção no comércio internacional e o crime de desobediência e ocultação de património.
- A problemática dos programas de cumprimento normativo e a responsabilidade penal das pessoas coletivas.
- A colaboração probatória e os denominados “prémios” penais e processuais.
- Os mecanismos de perda de vantagens do crime: regime da perda alargada e recuperação de ativos.
- As boas práticas e estratégias de gestão de processos de especial complexidade, nas fases de inquérito, instrução e julgamento, no domínio da reação penal à criminalidade organizada de índole económico-financeira que envolva crimes de corrupção e criminalidade conexa.

1.ª Sessão - 22 de novembro

Manhã

09h15 Apresentação do curso

09h30 Transparência e integridade na ação pública – a prevenção da corrupção e infrações conexas

António Henriques Pires da Graça, Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Mecanismo Nacional Anticorrupção.

10h15 Questões relativas ao preenchimento dos elementos essenciais dos diversos tipos de corrupção

Nuno Brandão, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

11h00 Pausa

11h15 (cont.)

Nuno Brandão, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

12h15 Debate

Moderação: *Ana Paula Conceição, Juíza Desembargadora, docente no CEJ*

12h45 Pausa

Tarde

14h00 Corrupção no comércio internacional e no sector privado – A Lei n.º 20/2008, de 21 de Abril

Manuel Guedes Valente, Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa

14h45 A Convenção da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), sobre a luta contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais Internacionais - implicações práticas

Rita Madeira Santos, Procuradora da República no Departamento Central de Investigação e Ação Penal

15h30 Pausa

15h45 O crime de corrupção no comércio internacional na prática judiciária

Nuno Dias da Costa, Juiz de Direito no Tribunal Central de Instrução Criminal

16h30 Debate

Moderação: *Belmira Felgueiras, Juíza Desembargadora, docente no CEJ*

17h00 Encerramento dos trabalhos

Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção

Lisboa | 22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024

CEJ, Auditório – Preferencialmente presencial

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Magistradas/os judiciais e do Ministério Público em funções nos Tribunais e Secções Criminais e Departamentos de Investigação e Ação Penal,

Objetivos: O curso percorrerá os principais institutos e as questões que têm suscitado maiores divergências doutrinárias e/ou jurisprudenciais no domínio da luta contra a corrupção, versando, entre outros, os seguintes aspetos:

- Questões pertinentes ao preenchimento dos elementos essenciais dos diversos tipos penais de corrupção e criminalidade conexas, incluindo o crime de corrupção no comércio internacional e o crime de desobediência e ocultação de património.
- A problemática dos programas de cumprimento normativo e a responsabilidade penal das pessoas coletivas.
- A colaboração probatória e os denominados “prémios” penais e processuais.
- Os mecanismos de perda de vantagens do crime: regime da perda alargada e recuperação de ativos.
- As boas práticas e estratégias de gestão de processos de especial complexidade, nas fases de inquérito, instrução e julgamento, no domínio da reação penal à criminalidade organizada de índole económico-financeira que envolva crimes de corrupção e criminalidade conexas.

2.ª Sessão - 29 de novembro

Manhã

09h45 Ocultação da riqueza adquirida no período de exercício de funções públicas

Manuel Ramos Soares, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Évora

10h30 Corrupção no fenómeno desportivo

Alexandre Miguel Mestre, Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa

11h15 Pausa

11h30 Colaboração probatória e direito premial na fenomenologia criminal da corrupção

Paulo Sousa Mendes, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12h15 Debate

Moderação: *Carla Barros, Procuradora da República, docente no CEJ*

12h45 Pausa

Tarde

14h30 A proteção dos denunciadores de práticas de corrupção

Mário Ferreira Monte, Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho

15h15 Os crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos

Maria do Carmo Dias, Juíza Conselheira no Supremo Tribunal de Justiça

16h00 Debate

Moderação: *Carla Barros, Procuradora da República, docente no CEJ*

16h30 Encerramento dos trabalhos

Curso intensivo em matéria de luta contra a corrupção

Lisboa | 22, 29 de novembro e 13 de dezembro de 2024

CEJ, Auditório – Preferencialmente presencial

Ação de Formação Contínua Tipo C

Destinatários: Magistradas/os judiciais e do Ministério Público em funções nos Tribunais e Secções Criminais e Departamentos de Investigação e Ação Penal,

Objetivos: O curso percorrerá os principais institutos e as questões que têm suscitado maiores divergências doutrinárias e/ou jurisprudenciais no domínio da luta contra a corrupção, versando, entre outros, os seguintes aspetos:

- Questões pertinentes ao preenchimento dos elementos essenciais dos diversos tipos penais de corrupção e criminalidade conexa, incluindo o crime de corrupção no comércio internacional e o crime de desobediência e ocultação de património.
- A problemática dos programas de cumprimento normativo e a responsabilidade penal das pessoas coletivas.
- A colaboração probatória e os denominados “prémios” penais e processuais.
- Os mecanismos de perda de vantagens do crime: regime da perda alargada e recuperação de ativos.
- As boas práticas e estratégias de gestão de processos de especial complexidade, nas fases de inquérito, instrução e julgamento, no domínio da reação penal à criminalidade organizada de índole económico-financeira que envolva crimes de corrupção e criminalidade conexa.

3.ª Sessão - 13 de dezembro

Manhã

09h30 Recuperação de ativos, em particular o regime da perda alargada

Hélio Rigor Rodrigues, Procurador da República, assessor na Procuradoria Geral da República

10h15 Processo penal de entes coletivos

Jorge dos Reis Bravo, Juiz Conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça

11h00 Pausa

11h15 Uniformização do regime de responsabilidade das pessoas coletivas e programas de cumprimento normativo

Inês Fernandes Godinho, Professora da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto

12h00 Debate

Moderação: *Miguel Rodrigues, Procurador da República, docente do CEJ*

12h30 Pausa

Tarde

14h00 Boas práticas e estratégias de gestão processual na fase de inquérito

Olga Barata, Procuradora-Geral Adjunta no Tribunal Constitucional

15h00 Boas práticas e gestão processual nas fases de instrução e julgamento

Rui Coelho, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa

16h00 Debate

Moderação: *Antero Taveira, Procurador da República, Coordenador de Jurisdição, docente no CEJ*

16h30 Encerramento do curso